

# Sob o olhar da desconfiança: jornalistas como alvo de desinformação na pandemia da Covid-19

*Under the gaze of distrust: journalists as a target of misinformation in the Covid-19 pandemic*

*Bajo la mirada de la desconfianza: los periodistas como blanco de la desinformación en la pandemia del Covid-19*

Marcia Rodrigues LISBOA<sup>1</sup>  
Allan de GOUVÊA Pereira<sup>2</sup>

## Resumo

A pandemia da Covid-19 acirrou a circulação de narrativas com informações dissonantes para embasar a defesa de posicionamentos. No Brasil, este fenômeno atingiu veículos jornalísticos, ao pôr em dúvida informações noticiadas, estendendo o descrédito aos jornalistas. Este artigo propõe-se a refletir sobre o deslocamento desses profissionais do estatuto de noticiadores da pandemia ao de noticiados, sob o olhar da desconfiança. Dois temas são centrais à discussão: a expansão do ecossistema da desinformação, em um cenário reverso da hiperinformação; e a epistemologia do jornalismo, com seus discursos normativos e práticas. Os dados para o exercício analítico foram colhidos de duas agências de verificação brasileiras no período de janeiro de 2020 a junho de 2021.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Covid-19; Desinformação; Comunicação e saúde.

---

<sup>1</sup> Doutora em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Laboratório de Comunicação e Saúde (Fiocruz). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2059-370X>. E-mail: [marcia.lisboa@icict.fiocruz.br](mailto:marcia.lisboa@icict.fiocruz.br).

<sup>2</sup> Doutor em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mestre em Comunicação e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor substituto do curso de Jornalismo da UFJF. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9912-5609>. E-mail: [allanguouvea@yahoo.com.br](mailto:allanguouvea@yahoo.com.br).



---

## Abstract

The Covid-19 pandemic intensified the circulation of narratives with dissonant information to support the defense of positions. In Brazil, this phenomenon has reached journalistic vehicles, by questioning reported information, extending the discredit to journalists. This article proposes to reflect on the displacement of these professionals from the status of news reporters of the pandemic to that of news, under the gaze of distrust. Two themes are central to the discussion: the expansion of the disinformation ecosystem, in a reverse scenario of hyperinformation; and the epistemology of journalism, with its normative discourses and practices. The data for the analytical exercise were collected from two Brazilian verification agencies in the period of January from 2020 to June 2021.

**Keywords:** Journalism; Covid-19; Misinformation; Communication and health.

## Resumen

La pandemia del Covid-19 ha intensificado la circulación de narrativas con información falsa para apoyar la defensa de posiciones. En Brasil, este fenómeno ha llegado a los vehículos periodísticos, al cuestionar la información reportada, extendiendo el descrédito a los periodistas. Este artículo propone reflexionar sobre el desplazamiento de estos profesionales del estatus de reporteros de la pandemia al de noticieros, bajo la mirada de la desconfianza. Dos temas son centrales en la discusión: la expansión del ecosistema de desinformación, en un escenario inverso de hiperinformación; y la epistemología del periodismo, con sus discursos y prácticas normativas. Los datos para el ejercicio analítico fueron recolectados de dos agencias de verificación brasileñas de Enero de 2020 a Junio de 2021.

**Palabras clave:** Periodismo; Covid-19; Desinformación; Comunicación y salud.

---

## Introdução

A circulação de narrativas construídas com informações dissonantes sobre o novo coronavírus Sars-CoV-2 e a Covid-19 emerge de um cenário no qual a expressão *fake news* ganha amplitude, sendo usada em múltiplos sentidos, que extrapolam a ideia de não veracidade da informação. Wardle e Derakhshan (2017) consideram mais apropriada a forma “desordem da informação”. Levando em conta as dimensões de dano ou de falsidade, os autores distinguem: i) *mis-information* – quando informações falsas são compartilhadas, mas não há intenção de prejudicar; ii) *dis-information* – quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos; e iii) *mal-information* – quando informações genuínas são compartilhadas para causar danos, muitas vezes movendo informações destinadas a permanecer privadas para a esfera pública.



O impacto dessas narrativas, disseminadas velozmente em termos globais, sobre as ações de enfrentamento à Covid-19 promovidas por organismos internacionais e países motivou a criação do termo “infodemia”, em janeiro de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para definir a propagação em massa de informações falsas sobre a pandemia do coronavírus. A advertência do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, sintetizou as preocupações com a gravidade da situação: “Não estamos apenas lutando contra o vírus. Também estamos lutando contra os *trolls* e os teóricos da conspiração que promovem a desinformação e minam a resposta ao surto.” (IMMUNIZING..., 2020).

Três meses depois, a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – criou o termo “desinfodemia” para apontar a gravidade da avalanche mundial de “informações falsas e não confiáveis”. A desinformação relacionada à pandemia da Covid-19 seria mais letal por causar impacto imediato à saúde das pessoas. O documento produzido pela organização destaca a intencionalidade dessas construções, com o propósito de gerar confusão, e assim aumentar o impacto sobre a saúde pública (POSETTI; BONTCHEVA, 2020).

A produção e a divulgação de materiais fraudulentos como se estivessem respaldados em conhecimentos científicos antecede a pandemia. Os movimentos terraplanista e antivacina são dois exemplos de causas encampadas por grupos que desencadearam ações globais. De forma premeditada ou não, o compartilhamento desses conteúdos em plataformas e aplicativos é feito por indivíduos, grupos ou organizações, contribuindo decisivamente para a desinformação.

No relatório produzido para a Unesco, Posetti e Bontcheva (2020) classificaram quatro tipos principais de formatos na construção de narrativas: a) a mistura de mentiras ou informações incompletas com opiniões pessoais e elementos de verdade, redigida em linguagem emotiva; b) fontes falsas, base de dados contaminada, falsos *sites* governamentais ou publicações de textos plausíveis, porém falsos; c) imagens ou vídeos fraudulentos, alterados, fabricados ou descontextualizados; d) a infiltração da desinformação em campanhas orquestradas, muitas das quais impulsionadas por robôs.

Entre os nove temas categorizados no documento como os mais frequentes associados à “desinfodemia”, está aquele que instigou particularmente esta análise: o descrédito a jornalistas e a veículos de notícias. Os materiais identificados no



documento incluem calúnias contra jornalistas e insultos em campanhas de desinformação menos visíveis, cuja meta seria enfraquecer a confiança em notícias comprovadas, produzidas sob a égide do interesse público. Para Posetti e Bontcheva (2020), os ataques a jornalistas durante a pandemia estariam associados a retaliações pela cobertura crítica de políticos e Estados. Cabe destacar que, em diversos momentos da pandemia no Brasil, o presidente da República e seus apoiadores desacreditaram as medidas sanitárias e atacaram os veículos de comunicação por vocalizarem a importância dessas medidas.

Avaliamos que os neologismos “infodemia” e “desinfodemia” mereçam uma reflexão específica, sobretudo pelo deslocamento de sentido do conceito de epidemia, originário de uma racionalidade da saúde pública, para abordar um tema como a desinformação, que envolve outras lógicas e processos. Contudo, entendemos que a reflexão de Posetti e Boncheva (2020) contribui para a compreensão do fenômeno da desinformação no contexto pandêmico e acerta ao inserir o tema do descrédito de jornalistas no quadro analítico.

É do entrecruzamento desses processos concomitantes – a profusão de informações tóxicas sobre a pandemia da Covid-19, difundidas por atores diversos em plataformas de mídias sociais; e a desacreditação do jornalista, para além do exercício da atividade profissional, atingindo-o em sua vida privada – que parte a análise proposta neste artigo. Se ambos os fenômenos não foram inaugurados na pandemia da Covid-19, contribuíram para aprofundar a instabilidade acerca do conhecimento sobre o vírus e a doença, especialmente quando os saberes estão sendo construídos de forma simultânea às ações de enfrentamento.

A esses dois processos, soma-se a crise pela qual passa a credibilidade da ciência, influenciada também por muitas outras variáveis complexas da sociedade contemporânea. Thaiane Oliveira (2020) ressalta o contexto de crise epistêmica, entendida como um processo de contestação mais generalizado das comunidades epistêmicas, que se distinguem das outras camadas sociais por terem o domínio de um conhecimento especializado. A ciência seria uma dessas camadas sociais que exerce influência na esfera pública, ao lado das agências de governo, dos institutos de pesquisa, partidos políticos e sistemas jurídicos. Por extensão, entendemos que o jornalismo seria outra camada, por ter canonicamente o domínio do conhecimento



especializado de apurar fatos, verificá-los, registrá-los e publicá-los por meio de técnicas baseadas em princípios de objetividade, isenção e credibilidade.

O deslocamento da ciência em relação à sociedade levaria também ao cenário de contestação, descrédito e deslegitimação social. Com isso, a autoridade científica seria substituída por outros saberes e a disputa pela informação passa a ser travada por diferentes atores (OLIVEIRA, 2020, p. 24).

Embora haja crescente contestação da autoridade epistêmica, o capital simbólico da ciência é fundamental para fazer circular informações conspiratórias acerca da própria ciência. De maneira análoga, antecipamos a compreensão de que também as informações não confiáveis que visam desacreditar o jornalismo valem-se de categorias do próprio campo jornalístico como estratégia de legitimação do conteúdo veiculado.

Perini-Santos (2022) defende a noção de que as chamadas *fake news* e os negacionismos resultam de uma crise de confiança nas sociedades. Segundo ele, o que seria uma “escolha da ignorância” (por exemplo, o terraplanismo) é motivado por uma “demanda de autonomia epistêmica” (só é verdadeiro aquilo que se pode provar por si mesmo) e por um ideal de distribuição simétrica do conhecimento (todo mundo deve ter direito à sua própria opinião). O autor aponta o caráter ilusório dessa autonomia, na medida em que um terraplanista também depende das posições que alguém produziu, recebendo essas ideias baseadas em um recorte aleatório de informações científicas. Ele argumenta ainda que, muitas vezes, a adesão a determinadas teorias serve unicamente para sinalizar o pertencimento a um grupo.

Considerando o atravessamento desses fenômenos no contexto da pandemia da Covid-19, elegemos como temas centrais para a reflexão proposta: a) a expansão do ecossistema da desinformação, em um cenário reverso da hiperinformação; e b) a epistemologia do jornalismo, com seus discursos normativos e práticas.

O artigo apoia-se em uma pesquisa mais ampla, denominada “Covid-19 nas mídias”, desenvolvida na Fiocruz, que busca compreender os argumentos e as bases de sustentação das principais narrativas relacionadas à Covid-19 no Brasil. A partir do mapeamento dos debates que adquiriram maior visibilidade no espaço público, a investigação objetivou: localizar os pontos mais polêmicos – que catalisaram os principais medos, ansiedades e conflitos na sociedade –; os modos como os atores que os protagonizaram buscaram construir legitimidade e credibilidade sobre seus



enunciados; e compreender o que (e quem) merece, aos olhos desses atores, confiança ou desconfiança, com quais valores e redes de sentido se identificam.

As discussões apresentadas neste texto integram a primeira etapa da investigação e se circunscrevem aos dados colhidos sobre a circulação de informações desabonadoras quanto à conduta profissional e pessoal de jornalistas que atuam em telejornais ou programas jornalísticos das maiores emissoras brasileiras. No centro de nossa reflexão, está o acionamento desses profissionais do estatuto de noticiadores da pandemia ao de noticiados, sob o olhar da desconfiança.

### **O ecossistema das plataformas, o jornalismo e suas crenças**

Desde meados da primeira década deste milênio, o processo de produção e distribuição informacional vem passando por grandes transformações. Um marco tecnológico daquele momento foi a ampliação da oferta de serviços na *World Wide Web*, que anunciava uma nova forma de comunicação, “de muitos para muitos”, ao permitir o acesso de indivíduos comuns às plataformas, e não apenas ao que até então era chamado de internet. A propagandeada Web 2.0 multiplicou exponencialmente as possibilidades de produção e disseminação de informações, reconfigurando modos de ver e estar no mundo.

José van Dijck (2013) chamou de cultura da conectividade o processo pelo qual as sociedades contemporâneas têm passado, por ocasião do aumento e da intensificação das relações estabelecidas por meio das plataformas de redes sociais. Tal cultura é entendida como algo constitutivo da experiência social contemporânea, que está situada em um grande ecossistema no qual se forma um mercado *on-line*, em que fazer conexões e permanecer conectado são os seus pressupostos mais fundamentais. Esse ecossistema é caracterizado pela ausência de uma instituição no comando, em um cenário de disputa de credibilidade em debates públicos diversos. O que estaria em jogo não seria apenas a confiança em agências governamentais ou corporações, mas a credibilidade de todo o ecossistema, composto por múltiplos e dispersos atores (VAN DIJCK, 2017).

São reconfigurações sociais que atravessaram o fazer jornalístico e complexificaram o exercício analítico de uma epistemologia do jornalismo. Para situarmos o estatuto do jornalismo hoje, é necessário recuperarmos as suas origens, como produto histórico da sociedade burguesa. Isto não o reduz ao posto de reprodutor



da ideologia dominante, como observava Genro Filho (1989, p. 47), ao ressaltar suas características próprias como forma de conhecimento social, que “por sua potencialidade histórica concretamente colocada ultrapassa a mera funcionalidade do sistema capitalista”.

A defesa do jornalismo como um quarto poder, fiscalizador dos demais, e dos jornalistas como seus cães de guarda ficou enfraquecida no início da década de 1990, cedendo lugar ao que seria o quinto poder, das organizações e os movimentos sociais. Na década seguinte, com as transformações tecnológicas que permitiram a outros indivíduos e grupos sociais a produção e distribuição de “notícias”, acirrou-se o questionamento sobre o papel do jornalista como um elo quase exclusivo entre o acontecimento e a notícia. Não se pode precisar, contudo, a repercussão dessas mudanças sobre o estatuto da atividade jornalística, considerando-se que as representações sociais podem perdurar muito além das condições sociais que as geraram (LAGE, 2005).

As representações do jornalista, assim como as representações das audiências, resultam de um contrato de comunicação, como define Charaudeau, marcado por contradições. “Em nome da credibilidade, o jornalista se coloca como simples fornecedor de informação, simples mediador entre os acontecimentos do mundo em sua encenação pública, assumindo-se como a testemunha mais objetiva possível.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 77-78).

A credibilidade resulta do processo de negociação de sentidos entre o jornalismo e seu público. Assim como Lisboa e Benetti (2015), consideramos que ela se configura como um aspecto central para que o jornalismo adquira o estatuto de um conhecimento específico, sustentado nos pilares da verdade e da justificação. Com base em métodos e processos que tentam reduzir erros e relatos falsos, e no dever moral assumido pelos jornalistas, o jornalismo constrói-se como um testemunho verossímil da realidade. Para tanto, a “credibilidade presumida” pelo jornalismo deve estar conjugada à “credibilidade percebida” pelos indivíduos (LISBOA; BENETTI, 2015). Daí a importância de ressaltar, como o fazem as autoras, que não se trata apenas da confiança no produto jornalístico, em qualquer formato, mas nos enunciadores e em seu compromisso moral.

Ainda que a objetividade não seja defendida, sem ressalvas, inclusive em manuais de redação ou documentos com orientações editoriais de empresas



jornalísticas, permanece em destaque a defesa da fidelidade dos relatos jornalísticos aos fatos. A descrição do jornalista como aquele que, embora não testemunhe, seja capaz de reproduzir com precisão um acontecimento está presente tanto em narrativas das empresas jornalísticas quanto dos próprios profissionais (LISBOA, 1994).

A noção do jornalismo como um sistema perito, proposta por Miguel (1999), lança luz sobre um elemento central para o jornalismo: a confiança. Apoiando-se nas contribuições de Giddens (1991, p. 35) para os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam as grandes áreas dos ambientes material e social”, Miguel (1999) classifica três momentos em que o consumidor de notícias (leitor, espectador etc.) manteria em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à de outros sistemas peritos: (a) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; (b) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; (c) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de “fatos” disponíveis.

Nesse sistema de crença, a veracidade do relato só poderia ser verificada em determinados casos, o que representaria a relativa incapacidade de comprovação da correção dessa confiança. Passados mais de 20 anos, percebemos a exacerbação do tensionamento descrito por Miguel, impulsionado pela rapidez, e a multiplicidade de possibilidades de produção e circulação das informações nas plataformas digitais.

Este cenário no qual “tudo pode ser fake news, a depender do interesse e do poder de quem acusa, e da adesão de quem acredita” (MORETZSOHN, 2019, p. 6), faz despontar, entre outras questões, a naturalização da perspectiva pós-moderna que relativiza a ideia de uma verdade universal, pondo em causa o ideal iluminista apregoado pelo jornalismo de “dizer a verdade”. Em diálogo com a autora, observamos que o apogeu das bolhas autolegitimadoras de crenças em dispositivos midiáticos seria a face mais visível desse processo, que desestabiliza o lugar de referência do jornalismo.

O surgimento e a expansão das agências de *fact-checking* (checagem de fatos) e de *debunking* (checagem de boatos) sinalizam esse cenário. Usamos o termo *fact-checking* na acepção de Mantzarlis (2018) para uma segunda onda, potencializada pela avalanche de informações *on-line* permeadas pela desinformação e pelo compartilhamento de informações falsas.

Tanto o trabalho de *fact-checking* quanto o de *debunking* são orientados por metodologias que seguem princípios publicizados pelas agências. Neste artigo, não



tivemos a intenção de analisar as agências. Elas foram um meio de acesso ao *corpus* do estudo. Ainda que a seleção tenha sido feita a partir do filtro das agências, diante da avassaladora circulação de informações em mídias sociais, o recorte expressa uma parte desse universo.

### **Jornalistas como personagens de narrativas dissonantes**

A investigação, em sua primeira etapa, teve como base o mapeamento de publicações de duas agências de verificação no Brasil, *Boatos.org* e *Fato ou Fake*, sobre temas relacionados à pandemia da Covid-19. A primeira, criada em junho de 2013, não tem ligação com empresas jornalísticas; e a segunda, inaugurada em agosto de 2018, pertence ao Grupo Globo, contando com equipes de jornalistas de seus veículos. A decisão por esse percurso considerou a disponibilidade de dados de acesso aberto, com base na seleção das agências. Apesar da clareza de que o número de postagens verificadas por ambas abarcaria um percentual pequeno das informações fraudulentas que circulam no ecossistema das plataformas, a amostra nos deu pistas importantes para a discussão da temática, além de ter instigado o recorte analítico proposto neste artigo.

O mapeamento seguiu a perspectiva teórico-metodológica de investigação que privilegia o olhar sobre o discurso nativo das postagens provocadoras da verificação, ou seja, das narrativas que circularam, de maneira independente, nas plataformas digitais relacionadas à pandemia da Covid-19. Desta forma, buscou-se identificar os argumentos em disputa, as estratégias de comunicação e os modos de angariar credibilidade e autoridade. Os materiais coletados foram apresentados em formatos e suportes variados – texto, vídeo, foto ou áudio –, indicados pelas agências de checagem como postagens originais que circularam em plataformas de mídias sociais.

Os resultados do levantamento chamaram atenção para as publicações que tinham o jornalista como alvo. A análise qualitativa proposta localizou 23 publicações das duas agências de verificação, entre os dias 30 de janeiro de 2020 e 26 de junho de 2021, sendo 16 da primeira e sete da segunda. Há quatro temas em comum verificados pelas duas agências (vide Figura 1, postagens 2 e 3; 14 e 15; 20 e 21; e 22 e 23). O critério de seleção do material foi a referência das postagens a um jornalista profissional.

Essas escolhas dão conta de uma expectativa de homogeneidade dos objetos de estudo, na medida em que constituem relatos pretensamente noticiosos, produzidos a



um mesmo tempo (contexto pandêmico), circulados por mídias semelhantes (plataformas de redes sociais digitais) e que se relacionam a um mesmo tema (contestação da atuação jornalística diante da pandemia).

No contexto de pesquisa e tendo em vista um dos aspectos da desinformação, percebemos uma regularidade quanto à circulação de notícias que tentavam desacreditar jornalistas e seus discursos ou ainda usarem seus nomes ou categoria profissional para veicular informações não confiáveis.

Nas 23 postagens das duas agências, verificamos que, com a exceção de uma (a de um “jornalista alemão”, não identificado), todas se referiam a jornalistas que atuam na televisão. Todos eles, de alguma forma, emprestam a sua imagem para a atividade de noticiadores, por meio de áudio e vídeo. Quase todos eles também são ou já foram profissionais ligados à principal emissora de TV do país, a Rede Globo.

Cabe, assim, o reconhecimento de que a televisão se mantém como parte constitutiva da vida cotidiana, com a capacidade de organizar os horários dos indivíduos e impor rotinas diárias (THOMPSON, 2009). Dessa forma, o jornalista diante das câmeras ocupa, em alguma medida, o espaço privado do público.

O processo de celebrização de jornalistas, sobretudo daqueles que atuam diante das câmeras de telejornais do horário nobre, seja como apresentadores ou repórteres de rede, tem merecido a atenção de estudiosos como Ana Lúcia Medeiros (2015), que adota a expressão “noticiador-noticiado” ao analisar o fenômeno. Em nossa investigação, identificamos que houve um movimento de situar o noticiador como o foco da notícia, ainda que estejamos dilatando aqui o entendimento do que seja o gênero notícia.

Importa destacar que todas as ações atribuídas aos jornalistas, coletadas na pesquisa, teriam sido praticadas durante a pandemia da Covid-19. Neste sentido, estruturamos nossas análises em três eixos temáticos que envolvem: 1) aspectos publicizados em torno da privacidade desses profissionais, 2) críticas à atuação dos jornalistas e 3) atribuição de produção intelectual não certificada pelos profissionais em questão. A análise procura entender os sentidos e os operadores simbólicos desses conteúdos, por intermédio dos textos, áudios, vídeos e fotografias que circularam em mídias sociais digitais. Desse modo, ainda que a forma de coleta tenha sido nas agências de checagem, reiteramos que nossa investigação se debruça, especialmente,



sobre o discurso nativo, isto é, do material produzido por pessoas anônimas e que foi disseminado amplamente nas plataformas.

As 23 publicações selecionadas classificam os relatos como falsos. Embora essa classificação seja relevante para a análise, cabe ressaltar que o intuito da pesquisa não foi examinar o processo de verificação ou as estratégias de checagem utilizadas pelas agências, mas sim compreender os sentidos propostos em relação à exposição dos discursos nativos, das informações que circularam e foram consideradas fraudulentas.

**Figura 1: Quadro das postagens analisadas**

	Data	Agência	Assunto	Formato
1.	30/01/2020	Boatos.org	Jornalista alemão afirma que há milhares de pessoas mortas nas ruas da China por causa do coronavírus	Audio
2.	21/03/2020	Boatos.org	Maju Coutinho tira <i>selfie</i> na praia, sem máscara, durante passeio com o marido	Fotografia e legenda
3.	22/03/2020	Fato ou Fake	Maju Coutinho vai à praia no período de quarentena	Fotografia e legenda
4.	22/03/2020	Boatos.org	Alexandre Garcia redige texto sobre a farsa chinesa do coronavírus	Texto escrito
5.	31/03/2020	Fato ou Fake	Caco Barcellos é agredido na rua durante isolamento social	Video e legenda
6.	22/05/2020	Boatos.org	Filho de William Bonner solicita e recebe auxílio emergencial	Texto escrito
7.	31/05/2020	Boatos.org	William Bonner é internado com Covid-19	Texto escrito
8.	04/06/2020	Boatos.org	Renata Vasconcelos testou positivo para Covid-19 (coronavírus)	Texto escrito
9.	01/07/2020	Boatos.org	Maju fala que Bolsonaro desgoverna e é respondida por jornalista portuguesa Márcia Rodrigues, da RTP	Texto escrito
10.	14/08/2020	Boatos.org	Luis Ernesto Lacombe escreve texto ironizando a transmissão do coronavírus	Texto escrito
11.	27/09/2020	Boatos.org	Cesar Tralli anda de patins na rua, sem máscara, durante a pandemia	Fotografia e legenda
12.	05/01/2021	Fato ou Fake	Renata Vasconcelos participa de festa de <i>réveillon</i> , sem máscara, em aglomeração	Fotografia e legenda
13.	08/01/2021	Boatos.org	Gerson Camarotti pede cassação do registro de médicos que prescrevem “antivirais” contra Covid-19	Texto escrito
14.	22/01/2021	Boatos.org	Repórter questiona se médico negro vacinado é motorista ou socorrista	Fotografia e legenda + vídeo
15.	22/01/2021	Fato ou Fake	Médico do Samu é alvo de pergunta racista em entrevista a repórter	Fotografia e legenda
16.	19/03/2021	Boatos.org	Câmera da TV Aratu grava áudio de despedida antes de morrer por covid-19	Audio transcrito



17.	04/04/2021	Boatos.org	Geraldo Luiz, apresentador, morreu hoje e o Brasil ficou em luto	Texto escrito
18.	12/04/2021	Fato ou Fake	Foto de repórter com macacão e cinegrafista sem proteção revela farsa da Covid-19 propagada pela mídia	Fotografia e legenda
19.	17/04/2021	Boatos.org	Cabrini descobre fraude na compra de kits de covid-19 em Macapá e discute com prefeita	Vídeo e texto escrito
20.	24/04/2021	Boatos.org	Pauta da Globo para covid-19 é revelada por apresentador demitido	Imagem
21.	26/04/2021	Fato ou Fake	Documento apontado como sigiloso com pauta da Globo sobre cobertura da pandemia	Imagem
22.	22/06/2021	Fato ou Fake	Foto mostra repórter atacada por Bolsonaro sem máscara e abraçada a cinegrafista em meio à pandemia	Fotografia e legenda
23.	26/06/2021	Boatos.org	Repórter Laurene Santos, atacada por Bolsonaro, foi flagrada sem máscara durante a pandemia	Fotografia e legenda

Fonte: elaboração própria.

### Notícias da vida privada

Em pelo menos 12 das 23 ocorrências apuradas no âmbito da pesquisa, a produção de informações falsas levava em conta a dimensão da vida privada dos jornalistas, ou seja, abordava aspectos que não diziam respeito à atuação profissional. Nesses relatos, os jornalistas são vistos (ou “flagrados”) em outros espaços, fora dos estúdios de TV, em momentos de lazer, ou em lugares que se ligam à esfera pessoal.

Destacamos a dupla ocorrência (Boatos.org – 21 de março de 2020 – e Fato ou Fake – 22 de março de 2020) em que apresentadora Maju Coutinho (TV Globo) estaria passeando sem máscara na rua, ao lado do marido. O texto foi acompanhado da imagem de um passeio em maio de 2019, bem anterior à pandemia, portanto.

Outra postagem veiculada afirmava que o apresentador e repórter Caco Barcellos (TV Globo) teria sido flagrado no Brás (bairro paulistano) também sem máscara, quando supostamente teria sido agredido por populares. O fato realmente ocorreu, mas em 2016, e não em 30 de março de 2020, como informava o texto.

Esses primeiros registros já assinalam o ponto proposto de que o apelo a possíveis ações praticadas pelos jornalistas, no plano da vida privada, poderia colocar em xeque a credibilidade desses profissionais. Como sinalizamos anteriormente, o exercício do jornalismo pressupõe uma relação de confiança com o público. Esses dois exemplos iniciais da análise materializam os apontamentos referidos por Posetti e Bontcheva (2020) sobre os formatos e as intencionalidades desses produtos.

Em 22 de maio de 2020, Boatos.org classificou como falsa a informação de que o filho de William Bonner (editor-chefe e âncora do principal telejornal da Rede Globo,



o Jornal Nacional) teria recebido auxílio emergencial do governo federal em função da pandemia. Nove dias depois, classificaria como falsa a notícia de que o apresentador estava internado em estado grave, com o diagnóstico de Covid-19. Outros dois apresentadores de telejornais, César Tralli e Renata Vasconcellos (ambos da TV Globo), também foram alvo da informação de que estavam em espaços coletivos sem uso de máscara. A foto e o vídeo, respectivamente, publicados foram extraídos de outros contextos. Renata Vasconcellos aparece novamente em Boatos.org, em 4 de junho de 2020, quando duas versões de texto afirmam que ela teria sido diagnosticada com a doença; o que foi desmentido pela agência.

Mas os discursos dissonantes no contexto da pandemia podem ir além. Uma publicação feita por Boatos.org, em 4 de abril de 2021, desmentiu a informação de que o apresentador Geraldo Luís (TV Record) teria falecido após contrair a Covid-19. “Luto: O Brasil chora! Perda irreparável de Geraldo Luís deixa o país de luto ‘descanse em paz’ Veja nos comentários” foi a postagem feita no Facebook que, em cerca de sete horas, segundo a agência, já tinha recebido 1,3 mil curtidas.

Os casos que circunscrevem o domínio do espaço privado apontam para uma dimensão relevante desta análise porque envolvem estratégias de desqualificação do discurso jornalístico contendo supostas ações (praticadas ou sofridas) de jornalistas. Boa parte desses personagens são figuras públicas da principal emissora de televisão do país, que se notabilizou pelo noticiário e pela defesa das medidas sanitárias recomendadas pelos especialistas, o que gerou, em determinados momentos, conflitos com interesses políticos, econômicos e ideológicos de outros grupos sociais. Em uma das versões expostas pelo Boatos.org, por exemplo, essa disputa fica patente: “Em plena quarentena ela foi passear com o marido no calçadão e ainda tirando self. Depois a Globo quer criticar o Bolsonaro. Muita cara de pau. Qual moral ela, enfim, a Globo, têm de falar do presidente? Nenhuma. #globolixo”.

Ao longo da pandemia, os discursos do presidente da República, Jair Bolsonaro, demarcaram um ponto de vista de oposição ao discurso jornalístico, da Rede Globo em especial, no sentido de criar uma dicotomia entre saúde e economia, como se o fechamento do comércio e dos serviços pudesse causar mais prejuízos do que a transmissão do novo coronavírus. Essas observações permitem tangenciar um campo de possibilidades acerca das intencionalidades que estão colocadas como pano de fundo na produção e veiculação desse tipo de conteúdo.



Outro caso emblemático dessa discussão envolveu a repórter Laurene Santos, da TV Vanguarda (afiliada da Rede Globo), que questionou o presidente sobre o não uso da máscara facial, quando da chegada dele à cidade de Guaratinguetá (interior de São Paulo), tendo em vista que Bolsonaro já havia sido multado, na capital paulista, por esse motivo. Na ocasião, o chefe do Executivo respondeu à profissional: “Eu chego como eu quiser, onde eu quiser, eu cuido da minha vida”, e tirou novamente a máscara. A repórter explicou que o uso era exigido por lei e, então, ele a mandou calar a boca e insultou a emissora (Globo) com palavrões. Algum tempo depois, a jornalista foi alvo de postagem, com fotografia, na qual teria sido “flagrada” sem máscara durante a pandemia, ao lado do cinegrafista. A publicação é analisada por Fato ou Fake (em 22 de junho de 2021) e Boatos.org (em 26 de junho de 2021), que afirmam que a foto do relato desabonador foi extraída do perfil da repórter do Instagram, publicada originalmente em 23 de julho de 2019; logo, antes da pandemia.

Apelar para a intimidade dos jornalistas criaria um efeito estratégico de contestação ou desconfiança da atividade jornalística, na medida em que põe à prova o sistema de crença, confiança sobre o qual o jornalismo se funda. De um modo geral, verifica-se a questão moral como um elemento organizador dessas narrativas, como se vê, de forma explícita, na publicação sobre Maju Coutinho: “Qual moral ela, enfim, têm de falar do presidente? Nenhuma.”.

Mas esse ponto de análise pode ainda ser um pouco mais complexo quando se observa a veiculação da informação de que o filho do editor-chefe do JN havia recebido auxílio emergencial, um programa de distribuição de renda temporário executado pelo governo brasileiro, como forma de amenizar os impactos econômicos da pandemia nos lares brasileiros. De acordo com o Boatos.org, uma das versões seria: “ABSURDO FILHO DE WILLIAN BONEMER E FÁTIMA RECEBE AUXILIO EMERGENCIAL DE R\$600 REAIS!”.

Para além da questão moral assinalada pela eventualidade de um cidadão, filho de um jornalista celebrizado, ter recebido ajuda governamental, a circulação desse conteúdo indica o interesse sobre a apropriação de informações públicas – no caso, o uso dos dados pessoais do filho de Bonner – para sustentar a acusação moral de um familiar direto do jornalista. O próprio apresentador manifestou-se publicamente, em seu perfil pessoal no Twitter, para esclarecer que há mais de três anos seu filho vem sendo vítima de fraude no uso de seus dados pessoais.



O assunto foi veiculado no jornal Meia Hora, mas também disseminado nas plataformas digitais, conforme Boatos.org. Em alguma medida, pode-se inferir que a pulverização desse tipo de informação gera desdobramentos, a ponto de demandar explicações do profissional do jornalismo, em uma página pessoal, porque a sua credibilidade e moralidade são colocadas à prova.

Ainda em relação a William Bonner, a outra postagem analisada informava que ele teria sido internado em estado grave com a Covid-19. Esse dado também é de maio de 2020, quando Boatos.org publicou duas mensagens que estariam circulando pelas redes sociais: “BONNER INTERNADO ÀS PRESSAS! SITUAÇÃO É GRAVE! BRASIL FICA CHOcado AO DESCOBRIR!” e “Urgente! Gravíssimo! Bonner internado às pressas! Contaminado!? Acaba de explodir”.

O tom alarmista, expresso pelo uso da caixa alta e pela escolha das palavras, assinala sentidos possíveis para compreender a intencionalidade da veiculação. Diariamente, o âncora do JN apresenta as notícias e as informações que dizem respeito aos números, às pesquisas, às formas de prevenção, aos cuidados da Covid-19, e denuncia as situações que favorecem a transmissão do vírus e as ingerências do poder público em relação às políticas de prevenção e tratamento da doença. Nesse sentido, uma eventual contaminação do jornalista poderia gerar uma possível responsabilização pessoal pelo fato de ter se contaminado – já que não teria, supostamente, seguido as recomendações que o próprio telejornal comandado por ele leva ao ar. Também aqui, portanto, a moralização é um fator implicado.

Nas narrativas televisivas, a forma particular com que as histórias são contadas, estruturadas em início, desenvolvimento e desfecho, com direito a personagens heroicos, de vilania etc., inclui, de maneira frequente, o espaço para a lição moral (COUTINHO, 2012). Soma-se a isso, a tese de que, especialmente na reportagem de TV, a emoção é um eixo produtor de sentidos na construção discursiva, cujo enquadramento é frequentemente organizado por meio de uma avaliação moral (GADRET, 2016). Não por acaso a disseminação de notícias falsas vem revestida de vieses morais e emocionais.

Em um contexto marcado pela lógica do controle contínuo (DELEUZE, 1992), em substituição à sociedade disciplinar foucaultiana, os atos morais dos jornalistas, no exercício da profissão ou fora dele, são objetos de interesse e vigilância por parte da sociedade. As fronteiras entre público e privado fazem-se mais tênues, estabelecendo



o que Sabilia (2016) denomina como as “tirantias da visibilidade”, ou seja, tornar visível a intimidade de cada pessoa. A exposição de si, amplificada pelas tecnologias disponíveis, seria um grande laboratório dessas novas subjetividades, que estariam se modificando de forma mais intensa no mundo contemporâneo.

### **A desconfiança em relação ao exercício profissional**

Acerca da formulação de conteúdos alusivos ao exercício profissional dos jornalistas, deve-se ressaltar as ocorrências que tecem críticas à atuação de alguns deles. O primeiro caso é o de Gerson Camarotti, repórter e comentarista da GloboNews (canal fechado de notícias, pertencente ao Grupo Globo), que teria solicitado em seu programa a cassação do registro de médicos que estariam prescrevendo a nitazoxanida (vermífugo) como tratamento da Covid-19.

Preciso deixar registrado aqui, que no programa “em pauta” desta noite, o jornalista Gérson Camarotti da Globo News exigiu que, os conselhos de medicina cassem os registros dos médicos que, estão tratando pacientes com covid, com drogas antivirais, porque elas não curam! Há mais de 20 anos os pediatras usam nitazoxanida vermífugo, para tratar as diarréias pelo rotavírus, porque ela tem ação antiviral e este ano trabalhos provaram que inibe a entrada do vírus covid 19 nas células humanas. [...]

De acordo com Boatos.org (8 de janeiro de 2021), o vídeo em que Camarotti teria dado essa declaração não existe. De todo modo, também aqui o jornalista identificou a necessidade de se manifestar a respeito do ocorrido, mesmo estando em período de férias, alegando que o seu comentário foi deturpado e que não se pronuncia fora dos espaços institucionais. Neste caso, vemos, de maneira mais direta, uma forma de ataque ao jornalista, buscando atribuir sentidos ao seu discurso e, com isso, propondo um caráter anticientífico, ao denominar, por exemplo, a doença (Covid-19) como se fosse o vírus (Sars-CoV-2).

A apresentadora Maju Coutinho aparece novamente na análise, em uma postagem feita por Boatos.org, em 1º de julho de 2020. No discurso nativo dessa postagem, atribui-se à Maju a afirmação de que o presidente Jair Bolsonaro “desgoverna” o país e, por conta disso, uma jornalista portuguesa teria respondido à primeira, dizendo que não era cortês comparar dois governantes de países com realidades tão diferentes. Todavia, segundo a agência, ambas as declarações não ocorreram; mas isso tudo se dá no contexto em que Maju comenta, durante a



transmissão do Jornal Hoje, de 24 de junho de 2020: “Ah, se todos os presidentes fossem assim...”, logo após a exibição de uma matéria sobre o fato de o presidente de Portugal estar dando aula na TV no período pandêmico. A fala da apresentadora teria sido lida por apoiadores como uma indireta para o presidente brasileiro.

A questão das terapias medicamentosas ocupou, de modo expressivo, o debate público no Brasil em torno da pandemia. Isso se deu, especialmente, após o governo federal ter usado como política de saúde a ideia do “tratamento precoce”, que incluiria um conjunto de medicamentos a ser administrado na fase inicial da doença, com o intuito de obter a cura, evitando mortes e complicações. Contudo, naquele momento, não havia estudos reconhecidos e consolidados na comunidade científica sobre medicamentos eficazes no combate à Covid-19. O tema virou um campo de disputas políticas entre governo, cientistas e veículos jornalísticos, como fica claro na continuidade do texto veiculado com informações conspiratórias:

Acredito que charlatão para ser cassado o registro se enquadra bem em jornalistas que são pagos para serem franco atiradores de fake news e influenciarem politicamente as massas através da mídia! Em relação às vacinas, veiculam as maiores barbaridades sempre usando fakes contra o governo. Por que não se dirigem à anvisa e os laboratórios? Porque a intenção da Globo é apenas de usar o governo como bode expiatório para tudo [...].

Mais um exemplo de notícia enquadrada no âmbito do exercício profissional diz respeito a uma suposta atitude racista da repórter de uma afiliada da Rede Globo no estado da Bahia. O caso foi publicado em Boatos.org e Fato ou Fake, em 22 de janeiro de 2021. Eis a mensagem que circulou: “Da série: ‘Não existe racismo no Brasil’. Primeiro homem a ser vacinado em Salvador. Profissional do SAMU. A repórter pergunta: O senhor é motorista ou socorrista? Ele responde: sou médico”. O texto acompanhou um vídeo retirado de contexto, segundo Boatos.org. As duas agências registraram que, no vídeo da reportagem, a pergunta teria sido: “você é médico socorrista, enfermeiro, qual é a sua atuação?”.

Segundo Boatos.org, a própria pessoa que publicou o vídeo admitiu o erro e se desculpou com a repórter. Porém, a difusão da informação ocorre de maneira acelerada, não sendo possível estabelecer um controle do alcance que esse conteúdo pode ter. Em tempos em que as políticas identitárias estão fortemente em evidência na



esfera pública, a divulgação desse tipo de informação ajuda a fortalecer uma espécie de contestação, descrédito ou desconfiança dos jornalistas.

Outra ocorrência analisada corresponde a um áudio veiculado em 20 de janeiro de 2020, em Boatos.org, que procura criar uma situação de alarde em torno da epidemia, até então mais concentrada na China. A publicação da agência acompanha uma transcrição:

Thomas, eu acabei de receber um vídeo com áudio de um jornalista alemão que foi na China e fez uma filmagem clandestina. Ele informa que a situação verdadeira tá totalmente escondida, que existem milhares de pessoas mortas já, em que as pessoas caem no chão. As ambulâncias estão correndo a cidade e juntando as pessoas caídas no chão, os hospitais sem condições de atender ninguém, superlotado, e que a pandemia é considerada mundial, as autoridades estão escondendo a situação e ele pede para divulgar o vídeo por mais pessoas que possam estar divulgando no mundo inteiro porque é a situação é de extrema periculosidade. [...]

Sendo aparentemente um áudio de uma conversa particular, a narrativa apresenta várias indicações conspiratórias, sobretudo ao insinuar que a situação estaria sendo escondida da população. A mobilização do medo, despertando afetos nos ouvintes, pode favorecer a disseminação do áudio. Porém, nosso principal ponto analítico é o da atribuição da legitimidade da informação ao “jornalista alemão”, cujo nome não é registrado na mensagem. De acordo com a apuração de Boatos.org, não foi possível atestar a veracidade do vídeo e, aparentemente, o conteúdo mistura informações com as de um caso ocorrido em 2014, em que um jornalista alemão, Kai Pfaffenbach, registrou uma intervenção artística realizada na Alemanha.

Ainda sob o viés de contestação da atividade jornalística, uma fotografia foi utilizada como “prova” de que a mídia estaria construindo uma farsa em torno da pandemia. Nela, uma repórter de TV está usando macacão e máscara de proteção facial, enquanto o cinegrafista está sem proteção. Na legenda, lê-se: “Um exemplo de como a mídia fabrica o pânico. Por que a repórter tá usando luvas, máscara e roupas especiais e o câmera não?...”. Na checagem de Fato ou Fake, de 12 de abril de 2021, há a informação de que a imagem é da jornalista Ghinwa Yatim, feita no Líbano, durante a apuração de uma matéria sobre a fabricação de trajes feitos com materiais alternativos em indústrias libanesas. Isso porque, em março de 2020, havia dificuldade de importação de roupas médicas. A própria repórter da TV Al Hadath explicou a



situação em seu perfil no Twitter, e conteúdos semelhantes, envolvendo a mesma imagem, foram desmentidos por agências internacionais.

Por último, o uso de material jornalístico fora de contexto também apoia uma publicação checada por Boatos.org, de 17 de abril de 2021, na qual o jornalista Roberto Cabrini (SBT) teria ido até Macapá, capital do Amapá, para denunciar um suposto esquema de superfaturamento na compra de *kits* de diagnóstico e de vacinas contra a Covid-19. Porém, a agência afirma que o vídeo é datado de 2015, e faz referência a uma reportagem apurada em São Cristóvão (Sergipe), que é verdadeira, mas que estava sendo usada de forma descontextualizada.

Importa destacar a reivindicação da categoria jornalística como aporte de credibilidade das informações que estão sendo veiculadas em diferentes formatos. Isso significa dizer que, embora essas publicações se apresentem como informações alternativas em relação ao que é veiculado por grandes empresas jornalísticas, sob um viés contestatório, essas mesmas notícias se valem de discursos, técnicas e categorizações características da própria constituição do campo jornalístico.

Para que as pessoas acreditem nessas informações e compartilhem-nas, é preciso recorrer a estratégias de persuasão e, frequentemente, elas são as mesmas utilizadas pelo jornalismo, tais como uso de imagens, áudios, descrição detalhada de acontecimentos (o que, quando, onde, como e por que), fazendo parecer que são relatos objetivos e fiéis à realidade.

### **Atribuição de autoria não reconhecida**

Conforme dissemos, no caso brasileiro, a pandemia da Covid-19 configurou um campo de batalhas em torno de narrativas acerca das políticas de combate, prevenção e tratamento. Políticos, cientistas e jornalistas protagonizam essa disputa discursiva em diferentes espaços e momentos. Se boa parte dos jornalistas da Globo foi associada à defesa da vida por meio das ações recomendadas pelas autoridades sanitárias, outros nomes se vincularam a um espectro de defesa que, de certa forma, esteve alinhado aos interesses do governo, inclusive em relação às formas de enfrentamento da pandemia.

Porém, ainda que haja o reconhecimento desse alinhamento, os jornalistas Alexandre Garcia (CNN Brasil) e Luis Ernesto Lacombe (Rede TV) tiveram seus nomes atrelados a publicações que, de fato, não escreveram. Ressaltamos, contudo, que tais textos não foram atribuídos de forma aleatória, visto que ambos se notabilizaram pela



defesa de medicamentos e/ou de ações de enfrentamento que se alinhavam com a postura governamental, por vezes, em oposição às recomendações científicas mais consolidadas.

Queremos dizer com isso que as estratégias de produção noticiosa, no cenário da desinformação, valem-se de aspectos verossímeis, ou seja, tais textos poderiam ter sido escritos por esses jornalistas, em virtude do sentido que sugerem. Além disso, a atribuição dessa autoria daria mais credibilidade ao relato, isto é, vemos o comparecimento das categorias do jornalismo como forma de legitimação de um relato que é veiculado de forma paralela à dos grandes veículos.

Acerca do texto atribuído a Lacombe, a ironia é o principal recurso utilizado para gerar o efeito comunicativo esperado, principalmente em face de um pretense público que tende a minimizar as consequências da pandemia, satirizando as medidas sanitárias que visam ao distanciamento social.

[...]Covid-19, um Vírus Muito Louco Ele não gosta de supermercados e padarias. Simplesmente não entra Mas é mortal em bares, restaurantes, pequenos negócios, cabeleireiros, praças e é pior em igrejas. Se não usar máscaras, mesmo dentro do seu carro e sozinho, o vírus te pega!!! Mas em ônibus, metrô e trens, pode se aglomerar tranquilamente, pq ele não anda de transporte público [...] A hidroxicloroquina não funciona contra o vírus entre os cidadãos comuns, mas se você for um político, funciona (basta usar) Embora o vírus mate pessoas, aparentemente ele cura doenças do coração, derrames, câncer, diabetes, gripe comum e outras doenças respiratórias... Parece que quase nem existem mais... [...]

O texto aborda os principais pontos de divergência em relação à doença. Primeiro porque, de maneira implícita, critica o fechamento dos serviços, do comércio, das igrejas e das praças; e segundo porque parte da premissa de que a hidroxicloroquina seria um medicamento eficaz contra a Covid-19. De acordo com Boatos.org, não há registros de que o texto tenha sido escrito pelo jornalista da Rede TV. Ademais, inicialmente, o texto teria sido atribuído a “bolsonaristas inteligentes” ou estava sem assinatura, o que é mais um indício de que se valer de um nome conhecido do campo jornalístico contribui para a legitimidade do relato.

Por sua vez, o jornalista Alexandre Garcia também foi tido como autor de um texto veiculado nas plataformas digitais. Garcia deixou em 2018 o jornalismo da Rede Globo, depois de mais de 30 anos de trabalho. Ele também ficou conhecido por discursos em defesa do governo atual. O texto em questão traz a ideia de que o novo



coronavírus teria sido criado intencionalmente pela China, com o intuito de se promover política e economicamente.

Nota-se, assim, o viés ideológico como um elemento relevante desse tipo de conteúdo, ou seja, a produção e circulação de notícias não confiáveis, a partir de textos atribuídos a jornalistas, apresenta uma intencionalidade de defesa de determinados pontos de vista. Em outras palavras, o objetivo é fazer com que as pessoas acreditem em uma narrativa que atende aos interesses políticos e ideológicos de determinados grupos, ainda que isso traga prejuízos em termos de saúde pública.

Também um áudio que teria circulado nas plataformas dava conta de que um repórter cinematográfico de uma afiliada do SBT na Bahia teria gravado uma mensagem de despedida, incluindo uma teoria da conspiração de que havia um projeto para matar a “população, os pobres, os velhos, o Terceiro Mundo” e de que um hospital estava desligando, de maneira criminosa, os aparelhos de pessoas intubadas. De acordo com Boatos.org (19 de março de 2021), o cinegrafista Gilmar Vasconcelos, de fato, morreu de Covid-19, mas o áudio atribuído a ele é falso. O hospital e a emissora vieram a público se manifestar, indicando a não veracidade das informações.

Finalmente, um suposto documento interno na Rede Globo foi alvo de verificação das duas agências analisadas. Nele, havia instruções para os telejornais pautarem quase que exclusivamente a cobertura da pandemia, enfatizarem o número de contaminações e óbitos, não falarem sobre recuperados etc. Porém, na checagem de Boatos.org (de 24 de abril de 2021), o documento teria sido revelado por um apresentador não identificado da emissora, e em Fato ou Fake (26 de abril de 2021), a imagem teria sido atribuída ao editor-chefe do Jornal Hoje, Claudio Marques. Ambas as agências classificam o documento como falso, baseando-se na resposta oficial da emissora, que contém dados que rebatem as informações veiculadas.

### ***Fake news, credibilidade e disputas discursivas: considerações finais***

O ecossistema da desinformação deslocou o lugar canônico do jornalista de quem “corre atrás da notícia” para o de personagem denunciada. Mas manteve, ainda que pela crítica, o reconhecimento do *status* dos repórteres – historicamente associados à imagem de cidadãos especiais, com acesso a informações privilegiadas que os outros mortais adorariam saber (PEREIRA JR., 2002). Os ataques a jornalistas, relativos ao seu comportamento no ambiente profissional ou na vida privada, durante



a pandemia da Covid-19, promovem o não apagamento dessa presença glamourizada, ainda que eles se caracterizem como um tipo de celebridade de natureza distinta daquela que tradicionalmente é atribuída a artistas, políticos etc.

Um dos achados da investigação foi o intenso diálogo entre os conteúdos produzidos e disseminados por indivíduos não identificados em plataformas de mídias sociais e aqueles veiculados por empresas jornalísticas, em sua maioria postos em oposição. A lógica conflitante das publicações desses atores (jornalistas e anônimos) é legitimada pelas próprias agências de verificação, que reivindicam o papel de arbitragem no ecossistema da desinformação pelo acionamento dos mesmos recursos da prática jornalística, como um segundo nível de apuração, em busca da aclamada veracidade das informações.

A pesquisa mostrou que poucas postagens conferidas pelas agências de verificação são construídas com informações completamente falsas, o que vai ao encontro de uma das conclusões de Posetti e Bontcheva (2020). A maioria dos materiais disseminados resulta da edição de informações sobre acontecimentos divulgados em mídias, com dados inventados, deslocados temporalmente ou descontextualizados. Há também, em uma parte significativa do material estudado, a apropriação de formatos jornalísticos variados, o que reforça a intencionalidade da disputa discursiva.

Nossa reflexão considerou relevante a problematização da expressão *fake news*, banalizada no contexto de hiperinformação/desinformação (MORETZSOHN, 2019). No Brasil, seu uso exacerbado – majoritariamente sem a tradução para o português –, adquiriu sentidos diversos e contraditórios, seja no âmbito do jornalismo, seja das publicações anônimas de humanos e não humanos.

As noções de notícias falsas e boatos definitivamente não surgiram nas plataformas de mídias sociais digitais. Esse tipo de produção remonta ao século XVI, na eleição papal de 1522, tendo seu apogeu na Londres do século XVIII (DARNTON, 2017). O comprometimento de veículos jornalísticos com atos desse tipo também é registrado na história da imprensa brasileira. Um destacado exemplo de fraude na produção jornalística do país ocorreu no período que antecedeu o regime militar (1964-1985), quando o jornal O Globo publicou, em formato noticioso, que a então União Soviética imporia a instalação de um gabinete comunista no Brasil. A “notícia” não



mencionava a fonte de informação nem trazia qualquer indicação de informe publicitário (DREIFUSS, 1986).

Isso posto, fica ressaltada a pertinência de considerarmos a intencionalidade como um aspecto central que perpassa as instâncias do jornalismo e das produções anônimas. No caso dessas últimas, a intenção pode definir, por exemplo, postagens sobre a falta de imparcialidade do jornalismo, como forma de reagir a notícias veiculadas por empresas jornalísticas com posicionamento contrário ao uso da cloroquina para a prevenção da Covid-19. Entretanto, postagens anônimas com informações fraudulentas, ainda que contenham ataques muito graves à integridade de um indivíduo, são defendidas sob o argumento da liberdade de expressão, em um contexto político marcado pelos frequentes ataques aos veículos jornalísticos e a seus profissionais, muitas vezes desferidos por agentes do governo.

A forte presença desses novos atores no cenário comunicacional, mais do que ameaçar a credibilidade do jornalismo, expressa a tensão provocada pela instabilidade das instituições e da ciência, com o questionamento de autoridades que durante muito tempo vigoraram como referências: médicos, cientistas, jornalistas e governantes. O quadro é agravado no contexto da pandemia pelo conhecimento ainda em construção sobre a doença e pela imprevisibilidade do fenômeno. A observação desses fenômenos originou a investigação na qual se insere este estudo.

Ressalta-se, contudo, que as disputas de narrativas construídas *pelo e sobre o* jornalismo não têm o mesmo apelo no que se refere aos recursos para o fazer crer. Enquanto os jornalistas se apresentam críveis, em nome de uma pactuação com suas audiências, os anônimos produtores de conteúdos que desabonam a conduta dos jornalistas não assinaram nenhum contrato – e não se censuram com os desmentidos das agências de verificação ou dos próprios veículos. Conforme apontaram os dados da pesquisa que embasou este estudo, a intenção de gerar confusão sobressai-se à defesa dos valores apregoados pelo jornalismo.

Procuramos compreender as lógicas que operam esse deslocamento do lugar de enunciação ao de personagem destacada, sob o olhar da desconfiança. A facilidade de produção desses materiais e a sua velocidade de circulação na cena contemporânea oferecem um ambiente favorável para a reverberação desses conteúdos. Mas, como vimos, é um fenômeno complexo, que envolve fatores associados, entre os quais se sobressaem as estratégias de desacreditação a partir de “verdades” fragmentadas e



apropriadas conforme a crença. Neste sentido, corroboramos a crítica de Moretzsohn (2019) à simplificação de análises que reduzem o sucesso da disseminação das *fake news* à ignorância de quem as acolhe. Ela destaca dois elementos a serem considerados para a compreensão desse processo: a exploração de medos arcaicos que afetam a sensação de estabilidade das pessoas; e a estratégia discursiva, que sempre parte de uma verdade para distorcê-la.

Embora não tenha sido nosso objetivo abordar as formas de enfrentamento da desinformação, entendemos que uma reflexão futura sobre o fenômeno não pode desconsiderar valores afetivo-sociais que envolvem o contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006). O afeto, em sua vinculação com a política e as tecnologias (SODRÉ, 2006), torna-se um ponto de inflexão para a busca de caminhos nessa direção. Compreender o vínculo, em sua natureza simbólica, para além do processo interativo, parece ser a chave para avançarmos.

---

## Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- DARNTON, Robert. The true history of fake news. **The New York Review**, 13 fev. 2017. Disponível em: [https://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/?lp\\_txn\\_id=1024380](https://www.nybooks.com/daily/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/?lp_txn_id=1024380). Acesso em: 22 jun. 2021.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: ação, política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GADRET, Débora. A emoção no jornalismo e a organização do enquadramento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE JORNALISMO, 14., 2016, Palhoça. **Anais eletrônicos...** Palhoça: Unisul, 2016. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2016/paper/viewFile/190/184>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.



IMMUNIZING the public against misinformation. **WHO**, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/immunizing-the-public-against-misinformation>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.

LISBOA, Marcia Rodrigues. **Jornalista, profissão passageiro**: as relações de trabalho dos profissionais da notícia na grande imprensa brasileira atual. 1994. 170 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, 2015, p. 10-29. Disponível em <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MANTZARLIS, Alexios. Fact-checking. In: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Journalism, 'Fake News' & Disinformation**: Handbook for Journalism Education and Training. Paris: Unesco, 2018.

MEDEIROS, Ana Lúcia. **Noticiador-noticiado**: perfis de jornalistas numa sociedade em midiaticização. Florianópolis: Insular, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 197-208, maio 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000100011>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre *fake news*, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 574-597, dez. 2019. Disponível em: [https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1188/pdf\\_1](https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1188/pdf_1). Acesso em: 22 jun. 2021.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 21-35, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.03>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. **A audiência presumida nas notícias no caso dos telejornais locais**. 2002. 345 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PERINI-SANTOS, Ernesto. Desinformação, negacionismo e a pandemia. **Filosofia Unisinos**, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/FSU.2022.231.03>. Acesso em: 26 set. 2022.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Desinfodemia**: decifrar a desinformação sobre a Covid-19 (Resumo de políticas 1). Brasília: Unesco, 2020. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef\\_0000374416\\_por&locale=en](https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef_0000374416_por&locale=en). Acesso em: 22 jun. 2021.

SIBILIA, Paula. **O show do Eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2009.



---

VAN DIJCK, José. **The culture of connectivity**: a critical history of social media. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **Matrizes**, v.1, 1, nº 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i1p39-59>. Acesso em: 07 out. 2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.